

**DA TECHNÉ GRAMMATIKÉ
À GRAMÁTICA ESPECULATIVA MEDIEVAL:
AS RELAÇÕES LÓGICAS E NÃO LÓGICAS
DO ENUNCIADO LINGÜÍSTICO**

Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira (UFT)
luizpeel@uft.edu.br

Neste artigo, traçando o caminho que vai da *Téchné Grammatiké*, de Dionísio Trácio, à Gramática Especulativa, estudaremos duas recuperações das afirmações de Aristóteles, a dos “Modistae”, na Idade Média, e a de Port-Royal, na Moderna, que ainda se basearam na tradição gramatical, principalmente em Prisciano, gramático latino (aproximadamente 500 depois de Cristo).

1. Idade Média

Chegando à Idade Média, temos Donato, cuja obra é uma tradução fidelíssima do trabalho de Dionísio Trácio, e Prisciano, cuja obra é praticamente uma tradução dos trabalhos de Apolônio Díscolo, como a fonte principal dos estudos linguísticos; e durante os primeiros anos do saber medieval, esses dois autores foram estudados, copiados e seguidamente comentados, formando mesmo o elo entre o estudo gramatical clássico e o medieval. Basta considerar os mais de quatrocentos manuscritos de Donato e os mais de mil de Prisciano.

Ocupando lugar de destaque no sistema de ensino medieval, já que foi entendida como uma das artes liberais (gramática, retórica, dialética, música, aritmética, geometria e astronomia), a gramática era um estudo necessário para a leitura e a redação da língua universal do saber, o latim, que era estudado não só como parte da cultura humana, mas também como parte do aprendizado das coisas divinas.

Convém, para facilitar a compreensão dos estudos linguísticos no período, dividi-lo em duas etapas: a primeira vai do oitavo ao décimo segundo século; e a segunda, do décimo segundo ao Renascimento. Sem dúvida, durante o século intermediário, diversas influências começam a ser sentidas no saber gramatical, as quais alteram profundamente a natureza e os objetivos desse saber. (ROBINS, 1951)

A primeira etapa foi demasiadamente formativa, com repetidos estudos, comentários e exposições, bem pouco originais, de Donato e Prisciano. Apresentando sensíveis diferenças estruturais com o texto da *Vulgata* (século IV e V), já que se fundamentava na literatura clássica, o latim desses tratadistas foi várias vezes e em vários lugares alvo de certa hostilidade, obviamente quando não se adaptava à autoridade “superior” das Sagradas Escrituras.

Como exemplo desse período, citemos o abade de Eynsham, Aelfric (século X), que foi o primeiro autor de uma gramática latina na Inglaterra. Baseando-se em Prisciano, escreveu sua gramática e também um glossário para a formação de seus monges.

Corramos, no entanto, ao segundo período, já que a sua teoria gramatical é mais produtiva e significativa, sendo que a principal causa das mudanças em tais estudos foi a redescoberta da filosofia e da literatura gregas, particularmente de Aristóteles e de outros filósofos da antiguidade, o que trouxe a gramática para debaixo do controle da lógica e da metafísica.

O tratado gramatical mais popular do período foi a *Doctrinale Puerorum* do autor francês Alexandre de Villedieu (século XII), um manual puramente pedagógico, baseado no latim medieval, embora seguindo, em suas linhas gerais, a gramática de Prisciano. Logo no início de sua obra, o autor já conduz a uma nova abordagem da gramática (Alexander of Villedieu. *Doctrinale Puerorum*, edited D. Reichling (*Monumenta Germaniae Paedagogica XII*, p. XI *apud* Robins, 1951, p. 78):

O primeiro autor da ciência gramatical tinha uma gramática naturalmente imperfeita, que aperfeiçoou pelo estudo e labor via inteligência, memória e ensaios.

Porém, a gramática filosófica ou especulativa, resultado das teorias filosóficas sobre a língua e sua estrutura, somente encontra o seu real começo na obra de Peter Helias (século XII). Peter escreveu um comentário a respeito de Prisciano, no qual arriscou uma explanação filosófica para as regras gramaticais que aquele havia apenas citado. Apesar da intenção, o sistema de Donato e Prisciano permaneceu mais ou menos intacto em sua obra. Consequentemente não acrescentou nada em relação ao nosso conceito.

Os escritores que o seguiram são referidos como um grupo por meio do nome “Modistae”, e proclamaram a existência de uma gramática universal, dependente da estrutura da realidade e da razão humana, ou,

em outras palavras, a existência de premissas extralinguísticas, sobre as quais deveriam ser estabelecidas as regras gramaticais.

As gramáticas filosóficas desse período, em sua maioria, tiveram o mesmo título – *De Modis Significandi*, tratando de uma quantidade muito grande de assuntos, muito maior do que a que temos em nossos manuais. O objetivo dos “Modistae” era a exposição de uma teoria geral da linguagem e dos princípios da semântica, com a finalidade de mostrar a essência do discurso humano.

Antes de apreciarmos um exemplo de gramática desse período, e a sua ínfima diferença em relação às anteriores, citemos dois autores importantíssimos do mesmo: Siger de Courtrai (século XIII) e Thomas de Erfurt (século XIV). Siger elaborou um registro das funções semânticas das palavras (uma teoria geral do significado), baseando-se nos filósofos escolásticos. As coisas, segundo o seu esquema, possuíam qualidades de existência variada ou modos de ser (“modi essendi”). Para o autor, elas eram apreendidas por meio de modos ativos de compreensão (“modi intelligendi activi”), aos quais correspondia um modo passivo de compreensão (“modi intelligendi passivi”), as qualidades apreendidas pela mente.

Leiamos parte de seu texto (Wallerand. *Les Oeuvres de Siger de Courtrai* (Les Philosophes Belges, Tome VIII, p. 94 e 95), citado por Robins (1951, p. 82):

Voz... é voz a partir de uma ação de proferir... formalmente, é chamada de parte da oração por meio de um modo ativo de significação; entretanto, os modos ativos de significação não estão na voz, assim como no sujeito, pois os modos ativos de significação são um certo conceito próprio do intelecto; assim sendo, os conceitos do intelecto permanecem no intelecto e não passam para fora; todavia, são denominados vozes e por meio delas, por sua vez, são construídos, do mesmo modo que o universal existente no intelecto denomina a coisa exterior.

Retomemos: por meio da linguagem, a mente outorga a sons vocais os modos ativos de significação (“modi significandi activi”), em virtude dos quais esses sons tornam-se dicções e partes da oração, significando, ainda, as qualidades das coisas, que são representadas por meio de modos passivos de significação (“modi significandi passivi”).

Robins apresenta o seguinte esquema para a concepção da linguagem dos “Modistae” (ROBINS, 1951, p. 83):

Nível do ser - MODI ESSENDI

Nível da compreensão - MODI INTELLIGENDI ACTIVI e PASSIVI

Nível da expressão - MODI SIGNIFICANDI ACTIVI e PASSIVI

Consequentemente, as partes da oração somente podem ser distinguidas por meio dos modos ativos de significação, ou seja, por meio da maneira pela qual significam as qualidades ou propriedades das coisas. Houve uma retomada, como já dissemos no início deste capítulo, da obra de Aristóteles, sobretudo de sua epistemologia; entretanto, em relação ao conteúdo das gramáticas, houve pouca mudança, uma vez que a insistência da repetição do modelo gramatical grego, via Prisciano, persistiu.

O outro autor citado, Thomas de Erfurt, apresenta um tratado gramatical completo no mesmo estilo dos “Modistae”, que se tornou o mais conhecido tratado filosófico medieval sobre a linguagem. Nele, Thomas nos dá uma interpretação filosófica da divisão das partes da oração encontrada em Prisciano. Vejamos a sua definição de nome (Thomas de Erfurt. *Grammatica Speculativa*, cap. VIII, *apud* BUESCU, 1983, p. 157):

O nome é a parte da oração que significa por meio do modo de ser.

Diferencia, ainda, o nome substantivo do nome adjetivo (*Idem, ibidem*):

O modo de significar por meio de um modo por si subsistente (...) constitui o nome substantivo.

Nome adjetivo significa por meio de um modo de algo inerente a outro.

Entretanto, esses esforços na busca de precisas definições não alcançaram, de maneira prática, os tratados gramaticais; pois, nessas obras, em relação ao conceito de sujeito, nada é acrescentado ao que Prisciano havia dito. Vejamos alguns trechos da gramática de Roger Bacon (século XIII); poucos, pois também são poucas as diferenças em relação ao autor latino (BACON, 1902, p. 278):

A gramática é, conforme a substância, una e a mesma em todas as línguas, ainda que, acidentalmente, haja variações.

Apesar de ter afirmado a unidade da gramática em todas as línguas, não buscou essa unidade em seu tratado, preferindo insistir nos modelos tradicionais, alterando apenas a ordem da apresentação da matéria (BACON, 1902, p. 158 e 165):

Passando à antonímia [sic]¹, a qual chamamos de pronome, e não seguindo, em relação a ele, a ordem grega ou a de Prisciano, visto que não intento discorrer acerca da invenção dos pronomes, os quais foram inventados depois dos verbos, para que suprissem a ausência do nome na primeira e na segunda pessoa dos verbos; visto que, verdadeiramente, foram inventados para o lugar do nome, e desde que significam a substância do nome, embora difiram no modo de significação, pois os nomes significam, como se diz, a substância com qualidade, e os pronomes, sem qualidade, e, ainda, porque no lugar do nome são compreendidos e principalmente no lugar dos nomes próprios, pois é próprio do pronome ser colocado no lugar do nome próprio (...).

E, sobretudo, quando a oração perfeita, que é considerada pelo gramático, pode suficientemente ser feita de nome ou pronome e verbo; o verbo é o fim de tal oração e o complemento, o nome e o pronome, por outro lado, são o princípio.

Temos aqui, evidentemente, a retomada da ordem lógica de Aristóteles e Apolônio. O nome é definido como o princípio da oração, e o predicado, como fim, como a sequência de coisas que, a partir do sujeito, são afirmadas.

Reiteremos: baseando o estabelecimento das partes da oração e as suas categorias secundárias em distinções lógicas e metafísicas, Roger Bacon, na concepção prática da gramática, continuou estritamente ligado ao sistema classificatório de Prisciano e Donato, pois não apresentou uma sintaxe substancial, na qual poderia ter elaborado de maneira criativa as antecipações aristotélicas, que foram somente em parte desenvolvidas pelos teóricos da época, já que tiveram o entrave do modelo gramatical clássico.

2. *O Renascimento e as gramáticas neolatinas*

Se Paris era o centro, de onde irradiavam as especulações filosóficas citadas acima; em Orleans, havia outro grupo que manteve o estudo da literatura clássica latina e a gramática no caminho traçado por Prisciano, que não era muito diferente, na prática, da reelaboração gramatical proposta pelo grupo que especulava, pois insistiam, como é comum ainda hoje, na manutenção de posições teóricas diferentes das práxis vividas.

Se anteriormente, propondo uma gramática filosófica, apenas recopiam os tratados de Donato e Prisciano; no Renascimento, com a ascensão dos grupos que valorizavam a literatura clássica e supervaloriza-

¹ O correto seria antinomia, não podemos afirmar se foi erro do próprio autor ou da edição.

vam o latim dessa literatura, houve a retomada dos tratadistas latinos clássicos; porém, na prática, ocorreu a manutenção das pequenas alterações feitas pelos filósofos da gramática especulativa.

É evidente, no entanto, a existência de aspectos positivos em cada uma dessas épocas, pois a nova retomada da antiguidade clássica se deu por meio de uma postura mais crítica, mais reflexiva, que possibilitou o surgimento de um grande interesse pelas línguas faladas no mundo europeu; certamente, como consequência da curiosidade do homem renascentista por tudo que o cercava, tanto na realidade natural, quanto social.

Apesar dessa retomada dos tratados gramaticais clássicos, que pode ser exemplificada pela obra *Elegantiarum Linguae Latinae Sive de Linguae Latinae Elegancia*, do italiano Lorenzo Valla (século XV), houve, ainda, uma abordagem filosófica da língua, que estabeleceu a distinção entre a gramática “vulgar” e a “filosófica”, exemplificada pela obra *De Dignitate et Augmentis Scientiarum*, de Francis Bacon (século XVI).

As principais manifestações da gramática filosófica do período foram as obras *De Causis Linguae Latinae*, de Julius Caesar Scaliger, e *Minerva*, de Francisco Sanchez de las Brozas. O intento de Scaliger era a aplicação das categorias lógicas de Aristóteles aos estudos lingüísticos, enquanto Sanchez também procurava desenvolver a estrutura lógica que julgava inerente a todas as línguas (CÂMARA JR., 1986, p. 24).

Paralelamente, temos, a partir do século XV, o surgimento das gramáticas das línguas modernas, que combinavam a orientação lógica com a prescritiva. Podemos mencionar, a esse respeito, as gramáticas toscanas de Fortunio (1516), Trissino (1524-1529), Bembo (1526), Carlino (1533), Sperone Speroni (1542), Tolomei (1545), Giambullari (1546), Dolce (1550), Varchi (1570) e Bartoli (1584); as castelhanas de Enrique de Villena (1433), Santillana (1449), Nebrija (1492), Valdis (1535) e Villalon (1558); as francesas de Robert Estienne (1526-1558), Meigret (1542-1551) e Du Bellay (1549); as portuguesas de Fernão de Oliveira (1536), João de Barros (1539) e Nunes de Leão (1606).

Exemplificá-las-emos pela obra de João de Barros, a primeira real gramática da língua portuguesa; já que a obra de Fernão de Oliveira, segundo o próprio autor, tratava-se de uma simples “anotação da Língua Portuguesa”. A intenção estritamente pedagógica e o posicionamento contrário às especulações filosóficas, tantas vezes acentuadas pelo autor desse primeiro tratado, conduziram-no a uma redação concisa, cujas preocupações são meramente pragmáticas. Não é assim, por exemplo, a

gramática de Antonio de Nebrija, fonte principal da obra de Barros, que inclui numerosas reflexões para além das intenções meramente formativas. Uma das mais importantes diferenças consiste no fato de que o espanhol considera dez as partes da oração, enquanto que o português, apenas nove. Porém, concordam muitas vezes; os dois, por exemplo, fizeram da sintaxe uma parte especial da gramática.

Observemos a definição da gramática e de suas partes apresentada por Barros (1971, p. 293 e 294):

Gramática é vocábulo grego: quer dizer ciência de letras. E, segundo a difinição que lhe os Gramáticos deram, é *um modo certo e justo de falar e escrever, colheito do uso e autoridade dos barões doutos*. Nós podemos-lhe chamar artefício de palavras póstas em seus naturais lugares, pera que, mediante elas, assi na fala como na escritura; venhamos em conhecimento das tenções alheas. Porque bem assi entram as letras pela vista como as palavras pelos ouvidos – instrumento com que o nosso entendimento recebe as más das cousas. E como pera o jogo de enxedrez se requerem dous reies, um de ua cor e outro de outra, e que cada um deles tenha suas peças póstas em casas próprias e ordenadas, com leis do que cada ua deve fazer (segundo o ofício que lhe foi dado): *assi todas as linguagens tem dous reis, diferentes em género, e concordes em offiço: a um chamam Nome e ao outro Verbo.*”

Cada um destes reies tem sua dama: a do Nome chamam Pronome e a do Verbo, Avérbio. Partição, Artigo, Conjunção, Interjeção, sam peças e capitães principaes que debaixo de sua jurdição tem muita pionagem de dições, com que comumente servem a estes dous poderosos reies, Nome e Verbo.

Assi que podemos daqui entender ser a nossa linguagem composta destas nove partes: Artigo – que é próprio dos Gregos e Hebreus -, Nome, Pronome, Verbo, Advérbio, Partição, Conjunção, Preposição, Interjeção – que tem os latinos. Os quaes partem a sua Gramática em quatro partes: em Ortografia, que trata de letra; em Prosódia, que trata de sílaba; em Etimologia, que trata de dição; e em Sintaxis, a que responde a construção. A imitação dos quaes (por termos as suas partes), dividimos a nossa Gramática. E, porque a más pequenas destas partes é a letra, donde se todas as dições compõem, vejamos primeiro dela e desi das outras três, nam segundo convém à ordem da Gramática especulativa, mas como requer a preceitiva, usando dos termos da Gramática latina cujos filhos nós somos, por nam degenerar dela. E também porque as ciências requerem sus próprios termos per onde se [h]jam de aprender, como as obras mecánicas, instrumentos com que se fazem, sem o quaes nenhuma destas se póde entender nem acabar.

Detendo-se atentamente nos trechos por nós grifados, o leitor perceberá que, via Nebrija, o que temos é uma adaptação da tradição gramatical greco-latina aos fatos da língua portuguesa: a ênfase normativa, a importância maior dada ao nome e ao verbo, a fixação das partes da oração, o estabelecimento das partes da gramática e a adesão ao sistema classificatório clássico.

Outro exemplo dessa adaptação é encontrado na definição do nome (BARROS, 1971, p. 299):

Nome (segundo a difinçám dos gramáticos) é aquele que se declina per cásoo sem tempo, sinificando sempre algua cousa que tenha corpo ou sem corpo: que tenha corpo, como hómem, páu, pédra; sem corpo, Gramática, çiência, doutrina. E cada um dos Nomes tem estes açidentes: *Calidáde*, *Espécia*, *Figura*, *Género*, *Número*, *Declinçám per cásoo*; dos quães açidentes vejamos particularmente.

Temos, ainda, na obra de Barros, como já foi dito, o acréscimo de alguns pontos desenvolvidos pelos filósofos da gramática especulativa, que o autor condena, ao menos teoricamente (ver último grifo do primeiro texto citado do gramático português). Um exemplo desses acréscimos é a definição de substantivo e adjetivo: (BARROS, 1971, p. 301)

Nome substantivo chamamos àquele que per si póde estár e nam reçebe ésta palávra, cousa.

Nome ajetivo ao que nam tem ser per si, mas está encostádo ao substantivo e póde reçeber em si ésta palávra cousa, como quando digo: ó que fermoso caválo, que brávo touro.

Ou, segundo as palavras de Nebrija, comparado ao trecho de Thomas de Erfurt da página 51 (NEBRIJA, 1980, p. 60):

Nombre es sustantivo por que puede estar por si mismo, *bueno* adjectivo por que no puede estar por si sin que se arrime al sustantivo.

No discurso de Barros fica claro que um dos problemas contun-dentes da adaptação dos esquemas da gramática clássica às gramáticas modernas foi a substituição da noção de caso pela de função sintática. Vejamos como Barros a entendeu (BARROS, 1971, p. 315):

Declinaçam, àcerca da nóssa linguágem, quer dizer variaçám, porque quando variamos o nome de um cáso ao outro em o seu artigo, entám, ô declinamos [...].

Muitas vezes, em o primeiro caso, nam poemas artigo, porque a órdem da construiçám ô declára.

Barros afirma que a ordem das palavras e a regência dos casos determinam a função gramatical e o seu valor sintático. A ordem das palavras, já referida por Prisciano, sem nenhuma ligação com o nível do significado, é encontrada pelos gramáticos modernos como a solução para a perda das desinências casuais. E assim, essa importância cada vez maior, que é dada ao signficante em prejuízo do significado, e da lógica da linguagem, transforma cada vez mais o fato lingüístico num fato exterior à mente, no qual os acidentes se tornam substanciais, e no qual os absurdos

dos, os ilogismos, são aceitos facilmente.

Um exemplo claro do fato citado acima é a referência feita pelo autor ao caso nominativo (BARROS, 1971, p. 311):

Chamam os Latinos ao primeiro caso, Nominativo, por ser o primeiro que nomea a cousa e nele está a cousa que é ou a pe[s]soa que fáz, per semelhante exemplo: A cobiça é raiz de todolos males. Esta cobiça, em ser raiz, fica em o caso Nominativo. Quem fáz: A liberalidade faz os príncipes amados. E, por ésta liberalidade ser autor desta obra, está em o caso Nominativo pela segunda parte da régra.

Essencialmente, Barros se refere de maneira indireta ao sujeito como tópico e como agente, ou seja, a acepções acidentais, pois, como estamos insistindo, preocupações meramente formais só conduzem a acidentes. Talvez, os gramáticos renascentistas, tendo se revestido de uma finalidade prática, não se detiveram nas sutilezas das categorias linguísticas, limitando-se a estabelecer princípios gerais, na tentativa de regularizar a anarquia que dominava o uso da língua.

O que percebemos, então, é que o homem separado das preocupações organologicamente lógicas, preocupado somente com a forma, apenas copiou e copiou várias vezes os primeiros tratados gramaticais. As teorias genéricas foram mudando, alterando-se, às vezes substituídas por outras opostas, mas os tratados pouco mudaram.

3. *Port-Royal e Jeronymo Soares*

No século XVII, como já dissemos, a orientação lógica nas asserções gramaticais alcança um ponto de destaque com a *Grammaire Générale et Raisonnée* de Port-Royal, de autoria de Lancelot e Arnauld.

Houve uma retomada das antecipações lógicas aristotélicas a respeito do enunciado linguístico, porém, novamente, o nosso conceito não foi suficientemente trabalhado. Por outro lado, muitos aspectos importantes são retomados, como o modo de definir os conceitos e a imagem da declaração elaborada pelo Estagirita, ainda que não seja especificado o nível no qual ela se encontra. Muitos outros conceitos foram desenvolvidos de maneira original, fazendo com que a história dos termos da gramática passasse novamente a existir, já que, a partir dos romanos, ela havia sido interrompida por uma série de cópias e resumos.

Lembremos, ainda, antes do exame do texto, que as intenções dos autores era a mesma que a de seus predecessores latinos – pedagógica.

Queriam facilitar o aprendizado das línguas por meio de uma proposta didática.

O título dado ao primeiro capítulo da segunda parte da obra de Lancelot e Arnauld já informa a respeito de seu posicionamento perante o fato linguístico: “Que o conhecimento daquilo que se passa em nosso espírito é necessário para compreender os fundamentos da gramática; e que é disso que depende a diversidade das palavras que compõem o discurso”. Retomam a primazia do intelecto, explicando-o desta maneira (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 27 e 28):

Assim se pode definir as palavras: sons distintos e articulados, que os homens transformaram em signos para significar seus pensamentos. É por isso que não se pode compreender bem os diversos tipos de significação que as palavras contêm, se antes não se tiver compreendido o que se passa em nossos pensamentos, pois as palavras foram inventadas exatamente para dá-los a conhecer.

Todos os filósofos ensinaram que em nosso espírito há três operações: CONCEBER, JULGAR e RACIOCINAR.

CONCEBER não é mais que um simples olhar de nosso espírito sobre as coisas, seja de um modo puramente intelectual, como quando conheço o ser, a duração, o pensamento, Deus; seja com imagens físicas como quando imagino um quadrado, um círculo, um cachorro, um cavalo.

JULGAR é afirmar que uma coisa que concebemos é tal ou não é tal: como quando afirmo, depois de ter concebido o que é *a terra* e o que é *redondo*, que *a terra é redonda*.

RACIOCINAR é servir-se de dois julgamentos para produzir um terceiro, como quando concluo, após ter julgado que toda virtude é louvável, que a paciência é louvável.

Donde se vê que a terceira operação do espírito é apenas uma extensão da segunda; com isso, para o nosso objetivo bastará considerar as duas primeiras, ou aquilo que da primeira está contido na segunda; pois os homens não falam apenas para expressar somente aquilo que concebem, mas quase sempre para expressar os julgamentos que fazem das coisas que concebem.

O julgamento que fazemos das coisas, como quando digo: “A terra é redonda”, se chama PROPOSIÇÃO; e assim toda proposição encerra necessariamente dois termos: um, chamado *sujeito*, que é aquilo de que se afirma algo, como *terra*; o outro, chamado *atributo*, que é o que se afirma, como *redonda* – além da ligação entre esses dois termos, é.

Ora, é fácil de ver que os dois termos pertencem propriamente à primeira operação do espírito, porque é o que concebemos e é o objeto de nosso pensamento, e que a ligação pertence à segunda, que pode ser considerada propriamente como a ação de nosso espírito e a maneira pela qual pensamos.

São precisos na retomada semântica; distanciam-se, no entanto,

quando denominam o enunciado de proposição; declaração seria o mais preciso (como vimos no capítulo dedicado à filosofia grega), e quando não explicitam a diferença entre os dois níveis da linguagem, o da forma e o do conteúdo. Consequentemente, quando definem o sujeito, destacam apenas um de seus acidentes, o ser o tópico, ou seja, aquilo de que se afirma algo: uma interpretação parcial das afirmações de Aristóteles.

Quando definem o nome, são mais precisos, pois recuperam o filósofo grego e os “Modistae” de forma realmente lógica (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 31):

Os objetos de nossos pensamentos são ou coisas, como a terra, o sol, a água, a madeira, o que comumente é chamado substância; ou a maneira das coisas, como ser redondo, vermelho, sábio etc., o que é denominado acidente.

Existe a seguinte diferença entre as coisas e as substâncias, e a maneira das coisas ou dos acidentes: as substâncias subsistem por elas mesmas, enquanto os acidentes só existem pelas substâncias.

É isso que fez a principal diferença entre as palavras que significam os objetos dos pensamentos: pois, os que significam as substâncias foram denominados nomes substantivos; e os que significam os acidentes, designando o sujeito ao qual esses acidentes convêm, nomes adjetivos.

Aí está a origem primeira dos nomes substantivos e adjetivos.

Mas isso só foi tratado superficialmente; e acontece que se deu menos atenção à significação que à maneira de significar. Já que a substância é aquilo que subsiste por si mesmo, chamaram-se nome substantivo todos aqueles que subsistem por si mesmos no discurso, sem que tenham necessidade de um outro nome, ainda que signifiquem acidentes. E, ao contrário, foram chamados adjetivos mesmo aqueles que significam substâncias, quando por sua maneira de significar devem estar junto a outros nomes no discurso.

Relacionam-no com o sujeito; enquanto substantivo, é aquele que significa a substância, identificando o sujeito; enquanto adjetivo, é o que designa o sujeito, significando o acidente. Entretanto, são mais práticos e didáticos em sua lógica do que em sua gramática, pois somente naquela, é que indicam a maneira mais simples de identificar o sujeito (ARNAULD; NICOLE, 1992, p. 191):

L'unique & véritable regle est, de regarder par le sens ce dont on affirme, & ce qu'on affirme. Car le premier est toujours le sujet & le dernier l'attribut en quelque ordre qu'ils se trouvent.

Sua teoria do verbo levou-os a condenar parte das afirmações de Aristóteles, pois, para eles, o principal emprego verbal era a significação da afirmação lógica pura e simples, e não a significação do tempo. Entretanto, revelam, nesse procedimento contrário às idéias do Estagirita, des-

conhecimento de parte de sua obra, ou uma compreensão não abrangente, já que, para o filósofo grego, o significar com idéia de tempo é o gênero do verbo, e não a sua definição, que é exatamente a mesma apresentada pelos senhores de Port-Royal.

As influências da *Grammaire Générale et Raisonnée* chegaram até a língua portuguesa. No início do século XIX, foi publicada a *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa* de Jeronymo Soares, que contém praticamente, em relação ao sujeito, as mesmas afirmações de sua fonte principal, Port-Royal (BARBOSA, 1881):

Toda a grammatica particular e rudimentar, para ser verdadeira e exacta nas suas definições, simples nas suas regras, certas nas suas analogias, curta nas suas anomalias, e assim facil para ser entendida e comprehendida dos principiantes, deve ter por fundamento a grammatica geral e razoada. Porque, subindo esta ás razões e principios geraes da linguagem, é que melhor pôde dar noções dos signaes das idéias, descobrir todas as analogias de uma língua particular, e reduzir a ellas muitas anomalias que os ignorantes contam por taes, não o sendo realmente.

Porém, desconsiderando as diferenças entre os níveis do significado e do significante, também não alcança precisão, trabalhando com meros acidentes.

Quanto à declaração, identifica oração, proposição e frase (BARBOSA, 1881, livro IV, cap. I):

Oração ou Proposição ou Frase (pois tudo quer dizer o mesmo) é qualquer juizo do entendimento, expressado com palavras.

Quanto ao sujeito, também não é pontual, pois o conceitua como um acidente – o tópico (*Idem, ibidem*):

Toda oração tem necessariamente tres termos, um que exprime a pessoa ou a coisa, da qual se diz e enuncia alguma coisa; outro que exprime a coisa que se enuncia; e o terceiro que exprime a identidade e coexistência de um coisa com outra. O primeiro termo chama-se sujeito, o segundo attribulo, e o terceiro verbo. Toda oração, pois, é composta de um sujeito, de um attributo e de um verbo, os quaes se exprimem ou com tres palavras, eu sou amante; ou com duas equivalentes ás tres, sou amante, ou com uma só que concentra em si as tres, como: amo.

É preciso, quando explica o gênero (aristotélico) da noção de sujeito (*Idem, ibidem*):

O sujeito é o principal termo da proposição ao qual todos os mais se referem. Elle sempre é, ou um nome substantivo, quer proprio sem artigo, como: Pedro é homem; quer appellativo com elle, como: o homem é mortal; ou qualquer parte da oração substantivada pelo artigo, quer seja um adjectivo o justo,

ANAIS DO XV CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

o honesto; quer um verbo no infinitivo o saber, ou no modo finito o praz-me; quer uma preposição o pro e o contra; quer um adverbio o como e quando; quer uma conjunção o senão.

Essas retomadas descritas acima, por não perceberem a instalação do poder como parasita do próprio ensino da língua – subtraindo os significados autênticos e acrescentando a pura alienação, não foram além dos próprios sistemas que criticavam. Não desenvolveram as informações do filósofo grego, pegaram-nas separadas de seu contexto lógico, e, com isso, apenas as indicaram de maneira solta em seus tratados, sem alterarem profundamente os manuais destinados ao ensino das línguas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHAM, Werner. *Diccionario de Terminologia Lingüística Actual*. Madrid: Gredos, 1981.

ALBUQUERQUE, Irene T. de. A evolução do conceito de gramática dos gregos aos ingleses do século XVII. In: *Miscelânea de estudos*. Lisboa: Comissão Científica do Departamento de Estudos Anglo-americanos da Faculdade de Letras de Lisboa, 1985.

ARISTOTE. *De la génération et de la corruption*. Paris: Les Belles Lettres, 1966.

_____. *La métaphysique*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1974.

_____. *Physique*. Paris: Les Belles Lettres, 1926, tome premier.

_____. *Poétique*. Paris: Les Belles Lettres, 1932.

_____. *Organon – Catégories et De L'interprétation*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1989.

ARISTÓTELES. *Categorias*. Tradução de Silvestre Pinheiro Ferreira. Lisboa: Guimarães, 1982.

_____. *Organon*. Lisboa: Guimarães, 1985, 5 volumes.

_____. *Poética*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986.

_____. *Tópicos e dos argumentos sofísticos*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

ARISTOTELIS. *Ars Rhetorica*. Oxford: Oxford University Press, 1986.

_____. *Categoriae et Liber de Interpretatione*. Oxford: Oxford Univer-
p. 1583 *Cadernos do CNLF*, Vol. XV, Nº 5, t. 2. Rio de Janeiro: CEFEL, 2011

sity Press, 1986.

_____. *De Arte Poetica Liber*. Oxford: Oxford University Press, 1982.

_____. *Topica et Sophistici Elenchi*. Oxford: Oxford University Press, 1958.

ARISTOTLE. *Meteorologica*. London: William Heinemann, 1952.

ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude. *Gramática de Port-Royal*. Tradução de Bruno Fregni Bassetto. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. *Grammaire générale et raisonnée*. Avec les remarques de Duclos et préface de Michel Foucault. Paris: Républications Paulet, 1969.

ARNAULD, Antoine; NICOLE, Pierre. *La logique ou l'art de penser*. Paris: Galimard, 1992.

BACON, Roger. *The greek grammar*. Cambridge: The University Press, 1902.

BAILLY, A. *Dictionnaire Grec-Français*. Paris: Hachette, 1950.

BARBOSA, Jeronymo Soares. *Grammatica philosophica da língua portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1881.

BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971.

BEKKER, Immanuel. *Anecdota Graeca*. Berolini: G. Reimerum, 1816.

BEKKER, Immanuel. *Anecdota Graeca*. Graz-Austria: Akademische Druck-u. Verlagsanstalt, 1965.

BOISSONADE, J. *Anecdota Graeca*. Hildesheim: Georg Olms Verlagsbuchhandlung, 1962.

BRUN, Jean. *Les Stoïciens*. Paris: Presses Universitaires de France, 1962.

CÂMARA JR., Joaquim Matoso. *História da linguística*. Trad. de Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

DAHLMANN, Hellfried. *Zur Ars Grammatica des Marius Victorinus*. Mainz: Verlag der Akademie der Wissenschaften un der Literatur, 1970.

EGGER, E. *Apollonius Dyscole – Essai sur l'histoire de théories grammaticales*. Paris: Auguste Durand Librairie, 1854.

EGGER, E. *Notions Élémentaires de Grammaire Comparée*. Paris: G. Pedone-Lauriel, 1880.

EMMANUELIS ALVARI. *Institutio Grammatica*. Roma: Horatio Turcellini S.J., 1832.

FORCELLINI, Aegidio. *Lexicon Totius Latinitatis*. Patavii Typis Seminarii, MCMXXXX, tom. IV.

GORGAS. *Fragmentos*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1980.

HAUDRY, Jean. *L'indo-européen*. Paris: Presses Universitaires de France, 1984.

HAUY, Amini B. *Da necessidade de uma gramática-padrão da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1987.

HILGARD, Alfredus. *Theodosii Alexandrini – Georgii Choerobosci – Sophronii Patriarchae Alexandrini*. Lipsiae: Aedibus B.G. Teubneri, 1894.

HOLTZ, Louis. *Donat et la tradition de l'enseignement grammatical*. Paris: C.N.R.S., 1981.

JESPERSEN, Otto. *La Philosophie de la Grammaire*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1971.

KEIL, H. *Grammatici Latini*. Lipsiae: Aedibus B.G. Teubneri, 1866.

KÜHNERT, F. *Flavii Sosipatri Charisii – Artis Grammaticae*. Lipsiae: Aedibus B.G. Teubneri, 1964.

LALLOT, Jean. *La Grammaire de Denys le Thrace*. Paris: C.N.R.S., 1989.

LASCARIS, Constantinus. *Greek Grammar*. Amsterdam: Adolf M. Hakkert-Publisher, 1966.

LENTZ, Augustus. *Herodiani Technici – Reliquiae*. Lipsiae: Aedibus B.G. Teubneri, 1870, tomi II, fasciculus posterior.

MARIOTTI, Italo. *Marii Victorini – Ars Grammatica*. Firenze: Felice le Monnier, 1967.

MEYER-LÜBKE, W. *Grammaire des Langues Romanes*. Vienne: G. E. Stechert & Co., 1923.

- MOUNIN, Georges. *Historia de la lingüística*. Madrid: Gredos, 1971.
- MURACHCO, Henrique. *Língua grega – visão semântica, lógica, orgânica e funcional*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- NEBRIJA, Antonio de. *Gramática de la Lengua Castellana*. Madrid: Nacional, 1980.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Universidade de Brasília, 1987.
- OLIVEIRA, Fernão de. *A gramática da linguagem portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1975.
- OLIVEIRA, Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira. *A gramática de Dionísio Trácio e seus contrapontos semânticos*. Campo Grande: Oeste, 2011.
- PACIUS, Julius. *Aristotelis Stagiritae... Organum*. Morgiis, 1584.
- PELLETIER, Yvan. *Les Attributions (Catégories)*. Montréal/Paris: Belarmin/Les Belles Lettres, 1983.
- PETERS, F. E. *Termos filosóficos gregos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.
- PLATÃO. *A república*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.
- PLATON. *Oeuvres Complètes*. Paris: Les Belles Lettres, 1950, tome VIII.
- PROTÁGORAS. *Fragmentos y Testimonios*. Buenos Aires: Aguilar, 1965.
- QUINTILIANUS, M. Fabius. *Instituto Oratoriae*. Paris: Les Belles Lettres, 1975.
- QUINTILIEN. *Institution Oratoire*. Paris: Librairie Garnier Frères, s.d.
- RIBEIRO, Julio. *Grammatica portugueza*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914.
- ROBINS, R. H. *Ancient & Mediaeval Grammatical Theory in Europe*. London: G. Bell & Sons Ltd., 1951.
- ROSS, W. D. *Aristotle's Metaphysic*. Oxford: Oxford University Press, 1953.
- SEQUEIRA, Francisco J. M. *Gramática histórica da língua portuguesa*.
Cadernos do CNLF, Vol. XV, Nº 5, t. 2. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011 p. 1586

Lisboa: Livraria Popular de F. Franco, s.d.

SCHMIDT, Rudolphus. *Stoicorum Grammatica*. Amsterdam: Verlag Adolf. M. Hakkert, 1967.

SCHWYZER, Eduard. *Griechische Grammatik*. München: C. H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung, 1968.

SPRINGHETTI, Aemilius. *Lexicon Linguisticae et Philologiae*. Romae: Typis Pontificiae Universitatis Gregorianae, 1962.

STEPHANUS, Henricus. *Thesaurus Graecae Linguae*. Parisiis: Instituti Franciae Typ., 1865.

UHLIG, Gustavus. *Apollonii Dyscoli Quae Supersunt*. Lipsiae: in Aedibus B. G. Teubneri, 1910.

UHLIG, Gustavus. *Dionysii Thracis Ars Grammatica*. Lipsiae: in Aedibus B. G. Teubneri, 1883.

URBANAS, Alban. *La Notion d'Accident chez Aristote: Logique et Métaphysique*. Montréal/Paris: Bellarmin/Les Belles Lettres, 1988.